



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO: Os 10 anos da lei Maria da Penha e os desafios das políticas públicas transversais

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA SOB A ÓTICA DOS JOVENS ASSENTADOS

Débora Brasilino dos Santos – deboratr_brasilino@hotmail.com

Tatiane Brasilino Santos -tatizinhasb@hotmail.com

Maria Inez Barbosa Marques (Orientadora), e-mail: marques@Sercontel.com.br
Universidade Estadual do Paraná-UNESPAR/ Campus Paranavaí-PR.

Resumo

O resumo expandido tem por finalidade apresentar o Trabalho de Conclusão de Curso em desenvolvimento no âmbito do Curso de Serviço Social da UNESPAR/Campus Paranavaí-PR. A pesquisa em pauta tem como objetivo discutir o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e, em face dessa realidade compreender as perspectivas de vida dos jovens do Assentamento Sétimo Garibaldi de Terra Rica-PR.

Palavras-chave: Movimentos Sociais, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Juventude.

Introdução

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), segundo Montanõ; Duriguetto (2011, p.276) “é o movimento social de maior expressão na realidade brasileira e um dos de maior relevância na América Latina”. Particularmente na realidade brasileira, o MST apresenta 33 anos de trajetória, portanto, sobrevive em um contexto de mudanças social, política, cultural e econômica. É importante verificar como essas mudanças rebateram na vida dos jovens do Assentamento Sétimo Garibaldi, na cidade de Terra Rica-PR, e quais são os seus interesses e projetos em relação ao futuro.

A questão central é compreender se após esses 33 anos de trajetória do MST, os jovens assentados possuem os mesmos interesses, valores e características, sustentados no início da história do MST, na condição de sujeitos sociais que participam ativamente da luta de classes ou será que estes jovens estão influenciados pela nova forma de ser humano da sociedade capitalista? Outra questão relevante para este estudo encontra-se na cidade de Terra Rica, a qual comporta um conteúdo muito peculiar e interessante no que se refere à história do MST. No que antecede a década de 1990, a população de Terra Rica não tinha contato com assentados, e nem informação sobre o que o MST lutava, tampouco conhecimento sobre a Reforma Agrária. A



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO:

Os 10 anos da lei Maria da Penha e os desafios das políticas públicas transversais

percepção e concepção que ideologicamente prevalecia era que o MST era um movimento de ladrões de terras.

A relação da população de Terra Rica para com os sem terra, foi num primeiro instante de discriminação. A confiança da população para com os assentados foi conquistada ao longo do tempo, através do modo de agir dos trabalhadores (HARACENKO, 2005, p.11).

A ocupação das terras na cidade incidiu em muita exclusão e discriminação por parte da população em relação a esses sujeitos sociais (HARACENKO, 2005), mas essa responsabilidade não se limitava apenas aos moradores de Terra Rica, pois a cidade não tinha nenhuma preparação para receber esses novos moradores.

Compete a União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei (Art.º 184. CF/88).

Tendo em vista os argumentos apresentados, é fundamental publicizar e politizar o tema da questão agrária no Brasil para que alguns paradigmas e preconceitos sejam superados. É fundamental que as pessoas entendam que o MST não ocupa qualquer latifúndio, mas somente grandes propriedades improdutivas, que não estão cumprindo com sua função social. Além disso, convém ressaltar que essa conquista do MST não se deu do dia para a noite, foi resultado de um acirrado período de lutas, de uma imensa variedade de ações, com inúmeras ocupações e acampamentos decorrentes de anos de trajetória.

Materiais e métodos

A pesquisa em questão será de natureza qualitativa. No primeiro momento utilizará a revisão bibliográfica e documental e, posteriormente, a pesquisa de campo.

Resultados e Discussão



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO:

Os 10 anos da lei Maria da Penha e os desafios das políticas públicas transversais

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST é resultado de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Sua origem e trajetória são formadas por muitos acontecimentos de disputa e ocupação de terras que se intensificaram, sobretudo a partir do final da década de 1970, peculiarmente na região Centro-Sul do País e, aos poucos se expandiu por todo Brasil (MONTANÕ; DURIGUETTO, 2011).

O principal fator que alavancou a luta pela terra foi o modelo de desenvolvimento capitalista adotado durante o regime autocrático burguês, que dentre as suas finalidades objetivava a concentração da propriedade privada da terra e a implantação de um novo modelo de desenvolvimento da agricultura, voltado para ampliação do grande capital. Esse modelo provocou transformações na agricultura acendendo o desemprego e a migração dos camponeses para as cidades; diante dessa realidade os camponeses que foram para cidades depararam com uma realidade que não estavam habituados - desemprego, contratos de trabalhos temporários, mas, por outro lado, houve camponeses que permaneceram no campo, buscando formas de luta pela terra (MONTANÕ; DURIGUETTO, 2011apud STEDILE; FERNANDES, 1999).

Como reflexo desse contexto econômico- modernização e concentração fundiária-os conflitos agrários se multiplicaram, principalmente nos estados de São Paulo e no Sul do país, onde surgiu o embrião do Movimento dos Sem Terra. Essas lutas forma impulsionadas principalmente pela ação pastoral do cristão ligado a Teologia da Libertação, por meio do protagonismo da comissão Pastoral da Terra (CPT, criada em 1975 e vinculada a CNBB, Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil), pelo apoio de partidos políticos de esquerda, principalmente o PT, e pelo novo sindicalismo em ascensão (CUT). Mas esse processo organizativo também remonta ao conjunto de experienciais organizativas acumuladas pelos trabalhadores rurais nas décadas que procederam o golpe de 1964, como as experiências das Ligas Camponesas e da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (MONTANÕ; DURIGUETTO, 2011, p.277).

Levando-se em conta o que foi mencionado, o MST teve sua gestação no período de 1979 e 1984, e se constituiu formalmente em 1984, no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Estado do Paraná, na região de Cascavel. Esse encontro se materializou em resultado de uma



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO: **Os 10 anos da lei Maria da Penha e os desafios das políticas públicas transversais**

ampla articulação entre trabalhadores rurais nos diferentes estados, que se organizaram para reivindicar o direito à terra (CALDART, 2001).

A trajetória histórica do MST pode ser interpretada como sendo um processo de formação de sem terra brasileira, na constituição específica do sujeito sem terra: de trabalhador sem (a) terra a membro de uma organização social de luta pela reforma agrária, a lutador do povo, no sentido de que preocupado com questões que dizem respeito ao futuro do país, e ao destino histórico do povo brasileiro. (CALDART, 2001).

Atualmente o MST está disseminado em 23 Estados no Brasil, e se estrutura com os mesmos objetivos deliberados nesse encontro em 1984 e certificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, em 1985, no Paraná: Lutar pela Terra, pela reforma agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados e nem exploradores. (CALDART, 2001).

No que refere o Estado do Paraná, de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o número de famílias em projetos de assentamentos são de aproximadamente 18.135 famílias. Dentre os 399 municípios paranaenses 106 possuem projetos de assentamentos - que são conjuntos de unidades agrícolas independente entre si, instaladas pelo INCRA onde originalmente existia um imóvel rural pertencente a um único dono; imóveis estes que foram adquiridos através do processo de Reforma Agrária criado no Brasil, para garantir que famílias camponesas sobreviessem seu sustento através de terras inativas (FRANCISCO, 2015).

A Reforma Agrária tem por objetivo proporcionar a redistribuição das propriedades rurais, ou seja, efetuar a distribuição da terra para a realização de sua função social. Segundo, Francisco (2015), esse processo é realizado pelo Estado, que compra ou desapropria terras de grandes latifundiários (proprietários de grandes extensões de terra, cuja maior parte aproveitável não é utilizada) e distribui lotes de terras para famílias camponesas.

Cabe ainda registrar que o eixo central do MST é a luta pela terra, mas esse movimento não se limita em lutar somente pela terra; são sujeitos sociais que participam ativamente da luta de classes, contestando essa sociedade altamente desigual e excludente, colocando em questão o modo de ser da



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO: Os 10 anos da lei Maria da Penha e os desafios das políticas públicas transversais

sociedade capitalista atual e a cultura produzida e consolidada por ela. (CALDART, 2001).

O projeto político hegemônico do MST não se limita à realização da reforma agrária nos marcos do sistema capitalista, sendo seu horizonte de luta a construção de uma sociedade igualitária e socialista. É inegável e potencial de confronto do Movimento com o capitalismo, por apresentar proposta de desenvolvimento e práticas de atuação e de organização questionadoras do modo vigente (MONTANÕ; DURIGUETTO, 2011, p.279).

Dado o exposto, compreende-se a importância em abordar o tema do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST na atualidade, levando em consideração que esse movimento diferente dos outros possui um caráter popular e político, cuja luta não se sujeita apenas ao campo, mas também pela luta de classe (MONTANÕ; DURIGUETTO, 2011).

Considerações finais

O estudo em pauta pretende esclarecer aspectos de um tema que ainda é pouco discutido no meio acadêmico, especialmente no curso de Serviço Social. Nesse sentido, espera-se que a pesquisa se constitua em referência para outros estudos e também para os próprios jovens e outros atores sociais que se interessam e valorizam os Movimentos Sociais.

Referências

- BRASIL.** Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n.43, 2001.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, V. 92, 2001.
- FRANCISCO, Wagner De Cerqueira. "**Reforma Agrária**"; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilo-colombiano/sociologia/reforma-agrariato>>. Acesso em 30 de novembro de 2015.
- HARACENKO, Adélia Aparecida de Souza. A reforma Agrária como uma nova forma de ocupação do noroeste do Paraná. **In:** III Simpósio Nacional de Geografia Agrária- II Simpósio Internacional de Geografia Agrária-Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira, 11 a 15 de novembro de 2005, Presidente Prudente. p.1-18.Universidade de São Paulo-USP.
- INCRA/CRUB/Unb.** Censo da Reforma Agrária no Brasil. Brasília: INCRA, 2015.
- MONTANÕ, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classes e Movimento Social**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2011.v.5.